

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

RAQUEL SANTOS FRANCKINI

A conquista da Casa do Estudante Indígena da UFRGS e a
permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior



PORTO ALEGRE

2023

RAQUEL SANTOS FRANCKINI

A conquista da Casa do Estudante Indígena da UFRGS e a
permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Licenciada em Ciências Sociais pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Quintero

PORTO ALEGRE

2023

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim de um caminho que achei que nunca iria trilhar desperta sentimentos difíceis de condensar em palavras. Apesar de não gostar de falar muito de mim mesma, me apaixona a ideia de falar das pessoas que me possibilitaram ser quem eu sou: Mãe, pai e Gabi, meu irmão. Obrigada por sempre estarem ao meu lado. Só nós sabemos as dificuldades enfrentadas durante muitos anos, e todas as dores que compartilhamos. Quando mais nova, relutava em entender a importância dos momentos difíceis que passamos juntos, hoje tenho orgulho desses mesmos momentos. Só nós quatro sabemos o sentimento de ter só nós mesmos para confiar plenamente, em um lugar no mundo onde parecia que ninguém nos enxergava ou estendia uma mão amiga.

Ao meu companheiro há – quase – 5 anos, Rodrigo: Nunca fui tão plenamente aceita e apoiada, nas minhas qualidades e nos meus (muitos) defeitos quanto sou por ti. O que construímos juntos é raro, e você vai para sempre ser meu melhor amigo e o homem mais importante que apareceu na minha vida.

A todos os meus colegas do NIT, pelas discussões, apoio e contribuições: Todas minhas conquistas terão, sempre, um pedacinho dedicado para vocês. Nossos encontros para debater desde questões acadêmicas, políticas e intelectuais, até questões pessoais e afetivas – e para rir muito –, me possibilitaram permanecer nesse meio muitas vezes tão árduo que é o meio acadêmico.

Agradeço em especial à Eduarda e Filipe: Nossas trocas afetivas e intelectuais aqueceram meu coração e me mantiveram no caminho certo quando eu mais precisei. Obrigada por todas as sugestões acerca do presente trabalho e, principalmente, obrigada pelas longas conversas em noites frias voltando de ônibus do Campus do Vale.

Agradeço, também, minha amiga Maria Fernanda. Há 10 anos acompanhamos uma à outra, com muito carinho e paciência, sem nunca desistir da nossa amizade. A segurança de ter você sempre ao meu lado foi (e é) crucial em todos esses anos.

Ao meu orientador Prof. Pablo Quintero, obrigada por acompanhar minha formação com tanta dedicação e pela leitura atenciosa do trabalho. Agradeço muito por todas as contribuições.

Às e aos estudantes e lideranças indígenas com as/os quais tive o prazer de compartilhar um pouco do percurso de produção do presente trabalho: Obrigada. É uma honra poder ter testemunhado alguns dos momentos narrados ao longo do texto. Meu enorme agradecimento e admiração a vocês, sempre.

E por fim, mas com certeza não menos importante, aos meu avós, seu Daniel e dona Lucy. O cuidado que vocês sempre tiveram comigo e com toda a família me marcou para sempre. Vocês foram a prova viva de que é possível viver nesse mundo hostil sendo pessoas íntegras, responsáveis e amáveis, mesmo quando não se tem nada. Espero que os senhores estejam em paz.

A conquista da Casa do Estudante Indígena da UFRGS e a permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior¹

Raquel Santos Franckini

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Licenciatura busca analisar o processo de consolidação da Casa do Estudante Indígena (CEI) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e a relação desta com a construção de condições materiais, sociais e simbólicas para o ingresso e permanência das estudantes indígenas na universidade. Por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes indígenas moradoras da CEI e fontes secundárias, procura-se situar a Casa do Estudante Indígena no contexto mais amplo de implementação de políticas de ações afirmativas para o ingresso de estudantes indígenas na UFRGS, assim como investigar os efeitos da construção de uma moradia estudantil exclusiva para as estudantes indígenas nas condições de permanência destas na universidade.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Estudantes Indígenas; Moradia Estudantil; UFRGS.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo de periódico apresentado ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Pablo Quintero.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONTEXTUALIZANDO A DISCUSSÃO: AS ESTUDANTES, A UNIVERSIDADE E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	11
2.1. As estudantes indígenas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	11
2.2. Ingresso e permanência: Do acesso à garantia de direitos	13
3 REIVINDICANDO “A PERMANÊNCIA QUE A UNIVERSIDADE NÃO ACEITA”: TRAJETÓRIAS E RETOMADAS	17
3.1. As entrevistas: Inserção em campo e percursos.....	17
3.2. Trajetórias: Ser indígena no Ensino Superior	19
3.3. A Casa do Estudante Indígena (CEI): A demanda e sua relevância	24
3.4. A conquista da casa: Processo de reivindicação e retomada	29
3.5. “A Casa do Estudante Indígena e a permanência andam juntas”: Permanência e a consolidação da casa.....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
5 REFERÊNCIAS	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Faixa colocada pelas estudantes em frente ao prédio da SMIC	9
Figura 2 - Coletivo dos Estudantes Indígenas da UFRGS e apoiadores	27
Figura 3 - Reunião no Salão Nobre da UFRGS.....	31
Figura 4 – Momento de retomada.....	33
Figura 5 - Memorial de luta pela Casa do Estudante Indígena.....	34
Figura 6 – Retomada da antiga creche da UFRGS.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAF	Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas
CAPEIn	Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena
CEI	Casa do Estudante Indígena
CEU	Casa do Estudante Universitário
FACED	Faculdade de Educação
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
MEC	Ministério da Educação
PSEI	Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas
RU	Restaurante Universitário
SMIC	Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio
SUINFRA	Superintendência de Infraestrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
TIM	Taxa de Integralização Média
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar o processo de consolidação da Casa do Estudante Indígena (CEI) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e a relação desta com a construção de condições materiais, sociais e simbólicas para o ingresso e permanência das estudantes indígenas¹ na universidade.

A reivindicação, por parte das estudantes indígenas da UFRGS, de uma Casa do Estudante específica para estudantes indígenas, é pautada desde o início do ingresso destas na universidade, em 2008, sendo, porém, oficializada por meio de uma carta aberta dirigida à Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), em setembro de 2017. A carta tinha como objetivo a oficialização da demanda das estudantes indígenas da UFRGS por uma Casa do Estudante Indígena, uma “Êg ãn” (casa), onde estas poderiam praticar seus modos de viver e conviver dentro da universidade.

As estudantes justificam a demanda a partir de diversos eixos, sendo um destes a própria Constituição de 1988, onde está previsto o reconhecimento e respeito às manifestações culturais e aos modos de viver das populações originárias do país. Assim, as estudantes entendem o atendimento da demanda pela CEI como um esforço necessário para dar continuidade ao programa de ações afirmativas voltado para indígenas da universidade, sendo a casa necessária para garantir não só o ingresso de mais estudantes indígenas na UFRGS, mas para, principalmente, garantir a permanência das estudantes já presentes na instituição.

A demanda, porém, foi deixada de lado pela universidade como um todo desde a publicação da carta. Em março de 2022, o Coletivo de Estudantes Indígenas da UFRGS decidiu por ocupar um antigo prédio da prefeitura, próximo a Faculdade de Educação (FACED) da universidade.

¹ Optamos por nos referir às estudantes indígenas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com as quais estamos dialogando somente no feminino, ao longo de todo o trabalho. Tal escolha se deu por dois motivos: 1) Tanto no momento de escrita de nosso trabalho, quanto no momento de articulação do movimento indígena da universidade para conquista da Casa do Estudante Indígena, as mulheres eram a maioria numérica dentre as estudantes; 2) Durante o movimento de ocupação e retomada da casa, as mulheres indígenas tomaram a frente da reivindicação, principalmente a partir das demandas trazidas em relação às suas vivências enquanto estudantes, indígenas, mulheres e mães na universidade. Não se trata, aqui, de diminuir a importância da participação dos homens no movimento, mas, sim, de manter uma coerência – política, ética – acerca de nossa compreensão da relevância da demanda das mães no processo.

O prédio se encontrava abandonado desde o início do mesmo ano, tendo a prefeitura doado o imóvel para a UFRGS, e sendo posteriormente devolvido à prefeitura. A ocupação foi iniciada no dia 06 de março (Derivas, 2022), e tinha enquanto objetivo principal pressionar a universidade para que esta provesse alguma resposta à reivindicação por uma Casa do Estudante Indígena.

A partir do primeiro dia de ocupação, apoiadoras/es autônomos e partidários passaram a contribuir com suas presenças no espaço ocupado, o que chamou a atenção da mídia local. Nesse sentido, a escolha por ocupar um imóvel em um dos locais mais movimentados da cidade foi estratégica.

Nas semanas seguintes, estudantes, mães e seus filhos, assim como lideranças indígenas, deram continuidade à ocupação do antigo prédio da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), em condições precárias (já que a estrutura do prédio se encontrava praticamente toda comprometida), sendo necessário estabelecer acampamentos provisórios na rua, em frente ao imóvel.

Figura 1: Faixa colocada pelas estudantes em frente ao prédio da SMIC.



Fonte: Alass Derivas, 2022.

Nesse contexto, foram iniciados os diálogos entre as estudantes indígenas, lideranças, reitoria, CAF e prefeitura. Seguiram-se, durante o mês de março, semanas em que ocorreram negociações, conflitos e reuniões entre os atores envolvidos. Assim que foi sinalizado pela reitoria, no final do mês de março, que o imóvel que seria destinado para a construção da Casa do Estudante Indígena, se tratava da antiga creche da universidade, as estudantes e lideranças indígenas prontamente ocuparam o local e inauguraram a CEI, finalmente uma “Êg ãn”.

O processo de readequação do local onde hoje é a Casa do Estudante Indígena ainda está em curso, sendo necessária a concessão, por parte da universidade, de recursos para as alterações necessárias no imóvel, a fim de que seja adaptado às necessidades das estudantes indígenas e seus modos de vida.

O processo de implementação da CEI, portanto, ainda está em curso, sendo necessária não somente a adequação das condições materiais para a permanência das estudantes indígenas no local, mas também o fortalecimento das redes de apoio que contribuem para a sua existência. A CEI foi conquistada por meio de luta, e é também por meio de luta que esta continuará a existir e a reafirmar sua legitimidade.

Por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes indígenas moradoras da CEI e com uma das duas servidoras técnicas que compõem, atualmente, a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF) e fontes secundárias, o objetivo da presente pesquisa é situar a Casa do Estudante Indígena no contexto mais amplo de implementação de políticas de ações afirmativas para o ingresso de estudantes indígenas na UFRGS, assim como investigar os efeitos da construção de uma moradia estudantil exclusiva para as estudantes indígenas nas condições de permanência destas estudantes na universidade.

Em um primeiro momento, pretende-se realizar uma breve contextualização do processo de implementação das políticas de ações afirmativas voltadas para indígenas na UFRGS, e da presença das estudantes indígenas na universidade. Em seguida, serão apresentadas e analisadas as entrevistas realizadas com estudantes moradoras da Casa do Estudante Indígena e com uma das duas servidoras técnicas da CAF, visando o aprofundamento de discussões acerca da presença das estudantes indígenas no ensino superior, permanência e ingresso de estudantes indígenas no Ensino Superior e o papel da CEI na construção de condições para a permanência das estudantes indígenas na UFRGS.

Algumas considerações finais, onde pretende-se sintetizar uma análise acerca do processo de consolidação da CEI relacionada às políticas de ações afirmativas voltadas às indígenas no Ensino Superior e a permanência destas no contexto da UFRGS, irão finalizar o texto.

2. CONTEXTUALIZANDO A DISCUSSÃO: AS ESTUDANTES, A UNIVERSIDADE E AS AÇÕES AFIRMATIVAS

2.1. As estudantes indígenas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Localizada em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) conta com cerca de 26.511 alunos matriculados em cursos de graduação, sendo 75 destes, estudantes indígenas (UFRGS, 2023). Segundo o último Censo (IBGE, 2010), há cerca de 34 mil indígenas residentes no estado (0.33% da população local), sendo a maior parte pertencente às etnias Kaingang, Guarani, Xokleng e Charrua (Estado do Rio Grande do Sul, 2012).

A partir da articulação política de diferentes comunidades indígenas do estado, lideranças e intelectuais da região pautavam, desde pelo menos 2004, a criação de ações afirmativas voltadas ao ingresso de indígenas na UFRGS (Doebber & Bergamaschi, 2020). A demanda foi atendida após diversos anos de diálogo entre lideranças indígenas, apoiadores das Políticas de Ações Afirmativas e membros da universidade, a partir da Decisão 134/2007 do Conselho Universitário (UFRGS, 2007), ocorrendo, a partir de 2008, a criação anual de dez vagas suplementares de cursos de graduação por parte da universidade.

O ingresso, desde então, ocorre por meio de processo seletivo diferenciado, denominado Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas (PSEI), onde as estudantes devem passar por duas etapas avaliativas: Uma prova objetiva onde são abordados conhecimentos acerca da Língua Portuguesa e a elaboração de uma redação.

Importante notar que tal demanda se relaciona à um contexto maior de inserção de indígenas no Ensino Superior que se deu a partir dos anos 2000 no Brasil, período este em que diversas universidades deram início a discussões internas acerca da criação de ações afirmativas visando o ingresso de estudantes indígenas em cursos de graduação, como mostram os trabalhos de Paladino (2012), Bergamaschi, Doebber & Brito (2018), Ames & Almeida (2021), e Doebber & Bergamaschi (2020), dentre outros.

Segundo Ames & Almeida (2021), a crescente demanda pela inserção de estudantes indígenas em instituições de ensino superior, possível de ser observada no Brasil a partir dos anos 2000, pode ser relacionada à dois principais fatores: O crescimento da escolarização em territórios indígenas, desde os anos 1990, e a nova relação estabelecida

com o Estado a partir da Constituição de 1988. Como veremos adiante, os motivos que levam indígenas de diversas regiões e condições socioeconômicas a optar pela formação em nível superior, enfrentando inúmeras adversidades, são extremamente diversificados.

Ainda assim, porém, é possível observar uma certa constante no que tange o objetivo de retornarem o conhecimento obtido e produzido no contexto da universidade para suas comunidades de origem, por meio da atuação qualificada em diversas situações de contato interétnico e em que devem lidar com a burocracia estatal, como pode ser observado a partir da interlocução com as estudantes entrevistadas.

No que diz respeito ao perfil étnico das estudantes indígenas da UFRGS, dentre os 95 ingressantes em cursos de graduação na instituição, de 2008 a 2017, 85% são Kaingang, 12% são Guarani e 3% de outros grupos, como Xokleng e Baré (Doebber & Bergamaschi, 2020). Pode-se observar, ainda, que há dentre as ingressantes indígenas, aquelas provenientes do próprio estado do Rio Grande do Sul - 98% dos ingressantes de 2008 a 2017 (Ames & Almeida, 2021) -, outras advindos da região Sul do país (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) e, em quantidade menor, indígenas vindas de outros estados do Brasil – como é o caso de Maria Baré, estudante de Medicina na UFRGS, indígena da etnia Baré, vinda do estado do Amazonas. Já as terras indígenas mais representadas numericamente pelas ingressantes no mesmo período são: Guarita (17,7%), Nonoai (14,6%), Lomba do Pinheiro (10,4%) e Votouro (8,3%) (UFRGS, 2018).

No início do processo de implementação das ações afirmativas voltadas ao ingresso de indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2008, foram 29 homens e 14 mulheres inscritas no primeiro processo seletivo, o que acabou se invertendo nos anos seguintes: Desde 2012, as mulheres são a maioria dentre as inscritos no processo seletivo e dentre as ingressantes na graduação. Atualmente, há 51 alunas indígenas do sexo feminino matriculadas na graduação, enquanto o número de alunos indígenas do sexo masculino matriculados é 24 (UFRGS, 2023).

Importante destacar outra mudança que pode ser observada no perfil das estudantes indígenas da UFRGS: A faixa etária das ingressantes. Também nos primeiros anos do Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas (PSEI), a maioria das inscritas possuíam dentre 26 e 42 anos, o que, segundo Bergamaschi, Doebber & Britto (2018) representa uma “demanda contida” no que diz respeito ao acesso ao Ensino Superior.

Nos processos seletivos seguintes, porém, a lógica se inverteu, sendo a maioria das inscritas e posteriormente ingressantes, jovens de 16 a 25 anos. Dados referentes ao primeiro semestre de 2023 (que diz respeito ao semestre de 2022/2 do Calendário Acadêmico da UFRGS) mostram que a maioria das graduandas indígenas possuem entre 19 e 24 anos (UFRGS, 2023).

A escolha dos cursos que compõem as 10 vagas (1 vaga por curso) disponibilizadas todos os anos para o ingresso de indígenas na graduação se dá junto de lideranças indígenas da região, em reunião convocada anualmente pela universidade. Os cursos que com mais frequência são escolhidos para a criação de vagas são os da área da saúde, como Medicina, Odontologia e Enfermagem, seguido das licenciaturas (como Pedagogia, História e Educação Física) e cursos da área das ciências da natureza e agrárias, como Agronomia, Biologia e Medicina Veterinária (Doebber & Bergamaschi, 2020).

Segundo relatório de 2017 da CAF, até o período em questão havia 3.715 alunas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas (UFRGS, 2018). No que se refere ao primeiro semestre de 2023, em que estão matriculadas 75 estudantes indígenas na graduação, 2 estão matriculadas em cursos da área das Artes, 2 da área de Biológicas, Naturais e Agrárias, 14 na área de Humanas e Sociais, 45 na área da Saúde e 12 em demais áreas (UFRGS, 2023).

É de enorme importância destacar, por fim, que há artigos, trabalhos e pesquisas extremamente aprofundadas e qualificadas, produzidas por estudantes e pesquisadoras indígenas, acerca de suas experiências enquanto estudantes indígenas no ensino superior, como Domingos (2016), Carvalho (2020) e Patté (2022).

Em muitos momentos dos trabalhos citados acima, são discutidas justamente as trajetórias de mulheres estudantes, indígenas e mães em cursos de graduação e pós-graduação na universidade, perfil este que será detalhado de maneira mais pormenorizada ao longo do trabalho, principalmente no que diz respeito aos efeitos deste “triplo” pertencimento na permanência na universidade e no processo de reivindicação e conquista da Casa do Estudante Indígena (CEI).

2.2. Ingresso e permanência: Do acesso à garantia de direitos

Como já discutido, o Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas ocorre desde 2008, a partir de decisão do Conselho Universitário da UFRGS em 2007. A primeira instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Sul a ter

graduandos indígenas, porém, foi a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), ainda nos anos 1990, década em que as discussões acerca do ingresso de indígenas no Ensino Superior eram ainda praticamente inexistentes (Bergamaschi, Doebber & Brito, 2018).

Anteriormente à criação de ações afirmativas por parte de diversas instituições de ensino superior no país, e à eventual promulgação da Lei de Cotas, em 2012, o ingresso de indígenas nas universidades se dava principalmente por meio de convênios estabelecidos entre as instituições e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A partir de 2008, ano em que ocorreu o ingresso das primeiros estudantes indígenas na UFRGS, foram formuladas determinadas políticas voltadas para a assistência às indígenas ingressantes na instituição, visando, principalmente, a permanência e eventual diplomação. Assim, em 2008 foi também criada a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena (CAPEIn), extinta em 2012 e substituída no mesmo ano pela atual Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas.

Dentre algumas das políticas que visam a promoção da permanência das estudantes indígenas na universidade, vigentes até pelo menos 2016², podemos citar a monitoria - onde a ingressante indígena é acompanhada, durante sua trajetória universitária, por outra/o aluna/o do mesmo curso que esteja em uma etapa mais avançada, junto de docente orientador -, a Bolsa Permanência financiada pelo Ministério da Educação (MEC), isenção no Restaurante Universitário (RU), moradia garantida na Casa do Estudante Universitário (CEU) sem necessidade de comprovação de renda, auxílio transporte, auxílio Material de Ensino, dentre outras (Bergamaschi, Doebber & Brito, 2018).

Nesse sentido, pode-se constatar que há de fato um esforço por parte da universidade em construir políticas que possibilitem a inserção e permanência das estudantes indígenas na graduação, esforço este que é de responsabilidade da própria instituição, já que não há uma lei federal que instaure a obrigatoriedade de medidas que visem a permanência das ingressantes indígenas em instituições de ensino superior.

² Importante destacar que há uma diferença tangível no que diz respeito à promoção de políticas de permanência e qualificação das Ações Afirmativas na UFRGS nas diferentes gestões da universidade e dos órgãos responsáveis por lidar com tais políticas. Durante a gestão do ex-reitor Opperman, de 2016 a 2020, houve um grande incentivo à qualificação das Ações Afirmativas da universidade, principalmente a partir do investimento em um quadro qualificado de recursos humanos para atuar nos órgãos responsáveis pela pauta. A CAF, por exemplo, instaurou formações voltadas para inclusão e diversidade no ensino para o quadro docente da instituição, dentre outras medidas que visavam a promoção de um maior acolhimento aos estudantes ingressantes por políticas afirmativas.

Ainda assim, como apontado por diversas pesquisas que exploraram as condições de permanência de estudantes indígenas na UFRGS e, mais enfaticamente, pelas próprias estudantes ao longo de todos os anos de implementação das ações afirmativas na universidade, um dos principais entraves para a permanência na universidade trata-se da questão da moradia.

Como veremos ao longo do trabalho, a demanda por uma moradia estudantil voltada exclusivamente para as estudantes indígenas é pautada desde 2008, principalmente pelas estudantes que são, também, mães, já que o regimento interno da Casa do Estudante Universitário (CEU) não permite a presença de crianças nos apartamentos das estudantes. Tal proibição recai de maneira dramática perante a trajetória pessoal e acadêmica da grande maioria das estudantes indígenas da instituição, levando em consideração que dentre as 30 estudantes que haviam ingressado até 2015, 20 eram mães (Brito, 2016).

O processo de reivindicação e luta pela Casa do Estudante Indígena foi construído por lideranças e estudantes indígenas, além de apoiadoras, sendo, porém, a quase totalidade das estudantes que participaram do processo de ocupação e, posteriormente, retomada da CEI, estudantes indígenas mães, que denunciavam há anos as diversas violências sofridas no âmbito da UFRGS devido a impossibilidade de morar junto de suas filhas na CEU, além dos múltiplos episódios de preconceito e violência moral que sofriam em diferentes espaços da universidade.

A impossibilidade de conviver com os familiares e parentes representa, segundo as falas de estudantes indígenas no próprio processo de negociação, junto da reitoria e CAF, pela Casa do Estudante Indígena, uma grande violência e sofrimento nas suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais.

O relato do estudante Guarani, Rodrigo Mariano, narrado por Doebber & Bergamaschi (2020), demonstra a centralidade da convivência com a família para dar continuidade aos estudos, já que grande parte das estudantes são provenientes de localidades do interior do estado - ou fora do estado -, e a única possibilidade que possuem para cursar a graduação na capital é a moradia na Casa do Estudante Universitário, onde a presença de crianças não é permitida e a convivência junto de familiares é limitada. O estudante Rodrigo Mariano relata.

um dos principais motivos de ter retornado para a aldeia e abandonado os estudos na UFRGS foi o individualismo dos colegas não indígenas e até entre os próprios colegas indígenas, já que, estando na cidade e na correria da vida acadêmica, percebia que

cada um acabava focando-se nas suas coisas e quase não havia tempo para conviver uns com os outros. Em contrapartida, na universidade para onde se transferiu, encontrou maior acolhimento, especialmente pela organização da casa do estudante, onde indígenas moram todos no mesmo andar e é possível que os filhos pequenos estejam junto deles, o que na UFRGS era uma questão em conflito constante. (DOEBBER & BERGAMASCHI, 2020, p. 264).

Como já assinalado, o principal objetivo do presente trabalho é investigar o processo de conquista da Casa do Estudante Indígena (CEI) relacionado ao fortalecimento das condições materiais, sociais e simbólicas apropriadas e suficientes para garantir a permanência das estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para tanto, procuramos, como será visto a seguir, realizar entrevistas semiestruturadas com algumas das principais lideranças do movimento estudantil indígena na universidade e com moradoras da CEI, visando compreender onde e como a luta e eventual conquista da Casa do Estudante Indígena se relaciona como processo mais amplo de implementação de ações afirmativas voltadas à estudantes indígenas na UFRGS.

3. REIVINDICANDO “A PERMANÊNCIA QUE A UNIVERSIDADE NÃO ACEITA”: TRAJETÓRIAS E RETOMADAS

3.1. As entrevistas: Inserção em campo e percursos

Nossa inserção em campo se deu ainda no período de ocupação pela casa, em março de 2022. A partir de nosso vínculo com o Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NIT/PPGAS-UFRGS), acompanhamos, junto de colegas da graduação, pós-graduação e docentes do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, o movimento de ocupação e a produção de laudo técnico acerca da demanda da casa.

A partir de tal inserção, mantivemos contato com algumas das lideranças e gestores que estiveram envolvidos no processo de conquista e negociação pela casa. Assim, já em 2023, ao longo de cinco meses, realizamos entrevistas semiestruturadas junto de três lideranças (duas estudantes Kaingang e um estudante Xokleng) e uma servidora da universidade (servidora técnica da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas).

A escolha das entrevistadas se deu pelas suas participações no processo de reivindicação e conquista da CEI, enquanto lideranças políticas da retomada, como também se deu por conta de suas trajetórias tanto na graduação como na pós-graduação. Procuramos, portanto, dialogar com estudantes que possuíssem a experiência como estudantes em dois níveis diferentes de ensino na universidade e, assim, pudessem contrastar nas suas falas os diferentes desafios enfrentados.

A escolha da servidora entrevistada se justifica pela sua atuação na Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), principal órgão responsável pela mediação dentre as estudantes, lideranças e demais setores de gestão da universidade durante o processo de conquista da casa. A fim de poder ter uma melhor visualização do campo de disputa (ALARCON, 2014) no qual a reivindicação e implementação da CEI estava – e ainda está – inserida, nos pareceu importante dialogar também com pelo menos uma representante da gestão da universidade.

Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, sendo três de maneira presencial, e uma de maneira remota. Três entrevistas foram feitas junto de estudantes

indígenas da universidade, enquanto uma das entrevistas foi realizada com uma das duas servidoras técnicas que compõem a CAF.

As estudantes entrevistadas, duas mulheres e um homem, são pertencentes, respectivamente, às etnias Kaingang e Xokleng. As entrevistadas, Angélica Domingos³ Kaingang e Rejane Paféj Kaingang⁴ são ambas mães estudantes que experienciaram diversos desafios relacionados à maternidade e a permanência na universidade, destacadamente durante o período que residiram na Casa do Estudante Universitário (CEU).

O estudante entrevistado, Woie Kriri Sobrinho Patté⁵, indígena da etnia Xokleng e originário de Santa Catarina, é também pai. Woie foi também uma das lideranças que participou da retomada da CEI.

Atualmente, somente Rejane Paféj não reside na Casa do Estudante Indígena pois, como será relatado mais adiante, sua trajetória foi demarcada por diversas idas e vindas entre Porto Alegre – capital onde é localizada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – e seu território de origem, Nonoai⁶

Por fim, Bárbara Roza⁷, servidora da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS, compõe a equipe técnica do órgão. Bárbara foi uma das principais servidoras envolvidas no processo de mediação entre o Coletivo de Estudantes Indígenas e demais órgãos da universidade ao longo da disputa e conquista da CEI. Atualmente, continua acompanhando as reuniões da casa e mantendo diálogo com as estudantes indígenas que ingressam por meio de ações afirmativas na instituição, realizando acompanhamento pedagógico junto destas.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da mesma instituição. Liderança política Kaingang do Rio Grande do Sul e mãe.

⁴ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da mesma instituição. Liderança política Kaingang do Rio Grande do Sul e mãe.

⁵ Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Liderança política Xokleng de Santa Catarina e pai.

⁶ Reserva Indígena Nonoai, localizado no norte do estado do Rio Grande do Sul, onde Rejane nasceu e atualmente reside.

⁷ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalha no acompanhamento pedagógico das estudantes indígenas que ingressam na UFRGS por meio de ações afirmativas.

Pretende-se, nas próximas seções, explorar as falas das entrevistadas a fim de compreender melhor os fatores que levaram ao surgimento da demanda pela CEI, seu processo de reivindicação e eventual conquista e, ao mesmo tempo, visualizar de maneira mais pormenorizada o campo no qual se deu a disputa pela casa. Pretende-se, também, explorar o atual estágio de consolidação da casa, no que diz respeito à consolidação de um espaço que amplie cada vez mais as condições de permanência das estudantes indígenas na universidade.

3.2. Trajetórias: Ser indígena no Ensino Superior

No contexto de uma instituição de matriz colonial, ser indígena em uma universidade apresenta diversos desafios. Como diversas falas das entrevistadas colocam, a “negociação” entre saberes, modos de aprendizagem e modos de convivência com outros configura situações de convivência intercultural que geram os mais diferentes tipos de conflito.

Assim, ser indígena no Ensino Superior, quando o próprio funcionamento da universidade impõe o conhecimento prévio de tipos de conhecimentos e saber-fazer específicos, acaba implicando em trajetórias perpassadas por violências e dificuldades de toda ordem.

Como Rejane coloca, ao longo de sua trajetória no curso de graduação de Psicologia, os momentos que geraram um sentimento de não pertencimento marcaram sua experiência na universidade

“Porque eu por exemplo me sentia muito mal na Psicologia, porque era uma Psicologia Europeia ocidental, e eu não me sentia representada por ela. Pelo contrário né, ela me excluía. Foi muito violento o que eu passei na universidade. Meus colegas não me cumprimentavam. Eu era aquela “indiazinha”, que me chamavam né...que a professora falava “ó a gente tem uma indiazinha, fulaninha, aceitem ela nos seus grupos”. Assim, essa é uma violência muito grande. E que a universidade ela ainda não tem estrutura, ela dá um acesso ne, mas ela nega uma permanência. Porque assim, e quando eu falo isso eu falo no geral, por que a gente não tinha a casa de estudante, a não ser agora a retomada ne pela casa do estudante indígena, a gente chega nesses espaços lendo textos totalmente fora das nossas vivências. Eu lembro que... eu sempre falo nas minhas palestras, eu digo olha o pessoal falava super bonito na Psicologia né...falava sei lá, “recíproco”, “a priori”, “posteriori” ... e aí falavam “ah, mas isso é coisa do Ensino Médio, isso é coisa do cursinho” ... e eu pensava “mas que cursinho é esse que ninguém me apresentou, que Ensino Médio é esse que, enfim, não foi me apresentado”. Então eu tive que reaprender tudo né, eu tive que reaprender o português, tive que reaprender a escrever, mas eu nunca deixei os meus modos de ser e viver indígena de lado. Então a minha luta ela foi travada desde o início... desde

descolonizar os pensamentos, como eu chamo né, fazer com que os colegas me enxergassem além do estereótipo de ser indígena, que é os olhos puxados, despido, cabelo liso... e que sei lá, bate na boca, né, por que é assim que se fala, o índio, que não se fala indígenas né, falam índios, de uma forma bem pejorativa.”

A fala de Rejane destaca o preconceito presente dentre colegas e professoras/es, que enxergam a presença de uma estudante indígena em sala de aula somente a partir de uma visão estereotipada.

Sua fala destaca, também, toda uma adaptação paralela pela qual passam a maioria das estudantes indígenas ao adentrarem o ambiente universitário, onde é necessária uma reapropriação e reaprendizagem de conhecimentos normalizados no contexto do Ensino Superior.

Ainda no que diz respeito às dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, Rejane afirma

“Porque primeiro, existe um acesso e não existe uma permanência, não existe um respeitar as nossas especificidades culturais, né...eu lembro que se falava por exemplo “Ah, porque tu não pode ter uma TIM (Taxa de Integralização Média) baixa...tu não pode ter tantas faltas” e aí, ok, em primeiro momento eu reprovei em três cadeiras no primeiro semestre...eu chorei muito, muito, muito...eu pensava “aqui não é meu lugar”, mas era o meu lugar. E aí, eu nunca vou me esquecer desse dia... a Prof. Paula Sandrine, uma professora maravilhosa, e ela me dava aula naquele semestre, e eu sempre chegava atrasada e eu saia mais cedo...porque enfim, eu era mãe, eu tinha várias coisas para fazer, e enfim né...fora que você tinha que trabalhar para conseguir se manter também. A gente não tinha bolsa...a bolsa MEC, a bolsa permanência, ela chegou agora né, então assim, para a gente ficar na universidade a gente pegava trabalhos, né, coisas para fazer fora da instituição...vendia artesanato, por exemplo. E aí, chegou final de semestre um dos estagiários que ela tinha falou assim: “olha, tem a fulana...” e ó, pra ti ver, que as pessoas pensavam que eu era surda muda e cega... “tem a fulana em sala de aula que ela vai reprovar por FF, porque ela não vem nas aulas” e eu estava ouvindo! Eu estava ali. E aí eu me levantei assim, eu fui sair da sala, eu não ia nem dizer nada... e aí a Prof. Paula Sandrine falou assim “Rejane vem cá um pouquinho...” e aí eu fui... e aí ela falou “Cê tá falando dessa Rejane?”, e aí ela falou “sim” e aí ela falou “eu vejo ela em todas as aulas. Todos os dias eu a vejo em sala de aula, né, todas as aulas ela está presente. Os trabalhos dela, ela entrega”, então assim, lembro que teve um papo entre os dois, e eu falei “é Prof. é que assim, eu trabalho, ne, eu tenho um filho pequeno, então eu chego mais tarde, eu saio mais cedo, e as vezes eu não assino a chamada” e na verdade eu nem sabia que tinha chamada pra ti ter ideia, tinha essa questão da chamada que tinha que assinar. E eu não fui reprovada. Então, teve essas épocas que as pessoas também me enxergaram em sala de aula. Então assim, a instituição, ela é muito pessoa, vamos falar assim.”

Como Rejane coloca, a recepção de estudantes que acessaram a universidade por meio de ações afirmativas acaba estando muitas vezes relacionada à maneira como as/os colegas e professoras/es acolhem – ou deixam de acolher – essas alunas.

Dáí observa-se também a necessidade de serem institucionalizadas formações para professoras/es do Ensino Superior que busquem promover uma maior compreensão do perfil das estudantes que ingressam por meio de ações afirmativas.

No mesmo sentido, Angélica aponta as dificuldades enfrentadas ao ingressar na graduação em Serviço Social na UFRGS

“Eu lembro minhas primeiras dificuldades... porque a gente tem, com o passar do tempo a gente vai né, entendendo tudo isso e vai compreendendo e vai fazendo de tudo isso a luta..., mas eu lembro assim que no início, por mais que eu falei que teve acolhimento de alguns professores, eu me sentia num lugar que não era meu, que eu não pertencia. Pessoas totalmente diferentes. Eu lembro que eu vinha para a sala de aula e tinha vezes que eu chorava. Não era um lugar meu, eu ia para o banheiro chorar. Não consegui esse diálogo que eu tenho. A gente vai amadurecendo ao longo do tempo, a gente vai encontrando pessoas que compreendem que te acolhem e se engajam com você, mas isso é muito difícil. Foram vários processos, até a gente se apropriar disso e fazer disso uma luta... a gente compreender que não precisa se encaixar nesse mundo branco, a gente também pode fazer desse mundo, fazer nosso mundo estar presente nesse mundo também...leva um tempinho, mas a gente acaba compreendendo tudo isso.”

Como será reiterado nas outras falas ao longo do trabalho, o choque entre os modos de vida que as estudantes trazem consigo, e o modo de vida exigido pela universidade, acabam gerando situações de violência e desconforto que, eventualmente, as levaram a reivindicar um espaço para si na universidade.

Tal reivindicação se dá, inicialmente, por meio de uma retomada de seus saberes enquanto conhecimentos legítimos e pertinentes de serem discutidos inclusive academicamente. Como continua Angélica

“Que eu lembro que no início quando eu cheguei eu queria me encaixar nesse mundo branco... por que tem muito essa ideia da meritocracia ainda né...você precisa ser capaz de estar naquele lugar, e você precisa se igualar a todas as pessoas para você mostrar que você é competente igual a elas... isso depois vai caindo né, a gente vai evoluindo, o mundo não precisa ser totalmente igual ao do outro né, que esse mundo também precisa respeitar o seu mundo né...então isso leva um pouquinho de tempo mas a gente vai construindo isso né... que isso pra mim é a descolonização, porque a gente foi por muito tempo e ainda é muito colonizado né... por tudo que nos subjugam né, toda discriminação que ainda tem sobre os povos indígenas...e a gente vai aos poucos se descolonizando...de que não preciso ser exatamente igual as outras pessoas, que posso ser quem eu sou né, fazendo tudo que as pessoas também fazem, que as pessoas precisam respeitar isso. Então foi um processo assim,

não foi um processo bom, foi um processo dolorido, que eu precisei me despir de várias coisas...que não é fácil também a gente se compreender nisso tudo. Eu era muito jovem quando entrei, precisava de muito ensinamento ainda, acho que a melhor coisa que eu comecei a fazer foi começar a ouvir os mais velhos né. Eu lembro assim que os mais velhos sempre nos ensinando toda essa questão, eu lembro muito dessa questão sobre o estar sozinho. Porque eu vim sozinha de Votouro⁸, deixei todos meus familiares. Hoje eu tenho uma parentela bem grande aí na UFRGS: irmãs, primas. Mas quando vim, vim sozinha.”

A retomada de seus conhecimentos dentro do contexto de uma instituição de Ensino Superior, como descrito por Angélica, pode aqui também ser entendida enquanto uma expansão da categoria retomada enquanto ação política. Essa expansão do sentido de retomada é em grande parte possibilitada pela articulação dentre as estudantes, por meio de uma convivência que potencialize suas especificidades culturais, ao invés de subjugar-las.

Nesse sentido, Angélica pontua também a centralidade de se articular com as demais estudantes indígenas da universidade para reafirmarem suas presenças na instituição, assim como para pautar a legitimidade de seus conhecimentos. A maternidade, que para Angélica ocorreu durante a graduação, alterou drasticamente sua experiência como estudante na UFRGS. Durante a gestação, foi central o apoio dos parentes

“E daí fui né pensando muito assim, por que enfim era uma solidão, e eu via as pessoas naquela correria gigante... ninguém olha para ti, ninguém dá uma atenção. Isso eu fui construir depois né, essa relação com outras pessoas, com amigos, com apoiadores, da própria UFRGS, com professores..., mas no início foi bem difícil, e daí que eu comecei e logo depois veio a gestação e daí mudou completamente sem que eu precisasse pensar muito. Porque antes eu pensava muito sozinha ali, a gestação vai acontecendo, é uma outra vida que vai fluindo, e daí as dificuldades aumentaram bem mais do que estar só eu ali..., mas eu acho que eu transformei disso tudo em luta. Transformei em luta assim, a gente vai criando elos ne... já tinham várias mães também, e outras vinham e se tornavam mãe também. E acho que um das maiores dificuldades é essa compreensão da mulher, da mãe né, dessa realidade da maternidade na universidade, que já é pauta de vários trabalhos na universidade... e que é uma realidade, não é só das mulheres indígenas, é das mulheres como um todo, mas as mulheres indígenas pautam muito isso porque elas de certa forma deixam a vida fluir. Com muitos preconceitos, mas a vida flui de certa forma. E isso que fui aprendendo ao decorrer da minha vida, de que as nossas aprendizagens e nossa educação ficam ali com as nossas experiências e tudo mais. E fui, isso que fui construindo da minha memória, e acho que o que mais marca toda minha trajetória acadêmica é a maternidade ne, porque é a partir daí que se dá toda

⁸ Terra Indígena de Votouro, localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, onde Angélica nasceu e viveu grande parte de sua vida.

nossa educação, nossa aprendizagem...a partir disso que da vida né...ea gente enfrente muitos preconceitos em relação a isso. Porque a sociedade pauta para nós que você precisa primeira estudar, se formar, ter um trabalho, acumular com teu trabalho... para depois você pensar na questão de filhos e tudo mais...e para nós a vida vai acontecendo, para nós é possível você ser mãe... ou pelo menos teria que ser assim né, a sociedade te possibilitar isso de você ser mãe, você ser uma profissional, ser uma estudante, e ao mesmo tempo ter o cuidando integral do seu filho, com toda a comunidade né.”

Ao trazer a experiência de ensino-aprendizagem desenvolvida junto dos filhos, Angélica pontua a diferença que, para ela, demarca a compreensão das indígenas em relação à maternidade, ensino, cuidado e aprendizagem da visão das não indígenas.

Como Woie também coloca, a “educação própria” acompanha as estudantes indígenas em todas as esferas de sua vida. Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem ultrapassa a sala de aula

“Eu trago isso na minha dissertação né, sobre educação própria. A nossa educação própria não quer dizer uma educação dentro de uma sala de aula numa escola. A nossa educação tradicional é essa forma, de onde nos estivermos, as nossas crianças nossos velhos vão tá junto, nos ensinando, e nós aprendendo junto com eles também. Então trazendo nossas crianças para dentro da universidade, refazer o mesmo caminho que nossos velhos faziam, de tá caminhando ensinando aprendendo tudo em conjunto. Isso era na mata, isso é na aldeia, isso é na universidade, é isso que a gente quer dar continuidade. Essa permanência na universidade é dessa forma. Nós não deixamos nossas crianças de lado. Existe demanda dos brancos né, a criança nasceu tem uma certa idade e chama para uma creche, sei lá para onde eles enviam né. E nós não, nós estamos com nossas crianças, eles aprendem com nós, tão dentro da universidade né.”

A partir da fala de Woie, pode-se notar que a universidade possui ainda muita dificuldade em aceitar e criar condições adequadas para que a educação própria, como por ele definida, possa acontecer.

A promoção de ações afirmativas voltadas às comunidades indígenas vai muito além de uma garantia de acesso ao Ensino Superior. Passa, principalmente, por uma mudança nas políticas de permanência e pela capacitação de servidores, professores e gestores para lidar com a presença dessas estudantes em sala de aula

“Isso não é nós que construímos, isso é um valor cultural um valor tradicional que está junto com nós. Isso a Constituição Federal de 1988 nos garante ne, os costumes e crenças dos povos indígenas em primeiro lugar. Isso parece que quando a gente vem pra universidade, isso parece que é visto como uma...que dificulta as coisas pra nós entendeu. A universidade abre as portas...quando você convida uma pessoa, aceita uma pessoa dentro da sua casa, você aceita e já dá uma cadeira pra ela, faz ela ser bem recebida, sinta-se à vontade, é dessa forma que a universidade faz? Não. Ela só abre a porta e se vira aí. Você quer vir pra universidade tem que se virar como os outros estudantes. E não quero dizer que a gente

não quer ser assim, mas a nossa cultura nosso jeito de pensar, de viver é diferente. Mas nós temos o direito de uma graduação, de uma educação...isso para que nós continuemos nossa luta.”

A centralidade de uma formação no Ensino Superior para dar continuidade à luta pelos direitos sociais das populações indígenas é também destacada na fala de Woie.

Ser indígena em um contexto institucional muitas vezes hostil às dinâmicas e saberes próprios destas estudantes gera situações de violência e conflito que desencadeiam, eventualmente, na evasão e em uma desilusão generalizada com a perspectiva de uma formação superior.

É justamente em tal contexto que a demanda por uma moradia estudantil específica para estas estudantes se consolidou, desencadeando no processo de retomada da CEI. A seguir, pretendemos discutir os relatos das entrevistas que explicitam a origem da demanda pela CEI e sua relevância.

3.3 A Casa do Estudante Indígena (CEI): A demanda e sua relevância

Como abordado anteriormente, a necessidade de uma Casa do Estudante Indígena na UFRGS é pautada desde 2008, ano da primeira edição do Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas (PSEI). A seguir, pretendemos abordar as falas das entrevistadas que nos possibilitam compreender a gênese da demanda e a relevância da existência de uma moradia estudantil específica, a fim de ampliar as condições de permanência na universidade.

Tanto as estudantes como a servidora entrevistada entendem que a criação da CEI possui grande relevância enquanto mais uma medida dentro do conjunto de ações institucionais que visam a permanência das estudantes indígenas.

A servidora da CAF Bárbara Roza ressalta o papel de lideranças indígenas da região, ainda em 2008, na consolidação da demanda: “Desde o início ela, Dona Iracema⁹, pautava a necessidade de uma casa pro estudante indígena, e isso foi indo... até que culminou na retomada da creche...”

Assim como muitas lideranças já enxergavam a necessidade da moradia específica, as estudantes, ao longo de sua trajetória na universidade, começaram também a pautar essa demanda, principalmente a partir das suas vivências como mães estudantes

⁹ Iracema Gãh Té Nascimento, kujá Kaingang e liderança política e espiritual da região Sul do país. Iracema esteve envolvida desde o início nas discussões acerca da implementação de Ações Afirmativas voltadas para o ingresso de estudantes indígenas no Ensino Superior no Rio Grande do Sul.

“Eu ingressei em 2012, mas comecei em 2016 porque nesse meio tempo fui mãe. Cheguei na universidade, e acabei descobrindo que eu estava grávida. Como era um espaço que eu não tinha uma acolhida, era um espaço muito violento, eu decidi ir embora, eu não queria ficar naquele espaço. Meus colegas me perguntavam se eu ia doar meu filho, se eu ia deixar na aldeia, o que eu ia fazer com essa criança. E enfim, várias coisas foram acontecendo, a casa do estudante não podia ter criança, então a omissão também né, eu digo do estado em geral, do Brasil em geral, porque dentro da casa do estudante a gente não podia rir alto, a gente não podia falar alto...então como ter uma criança naquele espaço, se eles não nos aceitavam só pelo fato de a gente gostar de rir alto. Tanto que se você perceber, o meu povo é um povo muito alegre, a gente ri alto, a gente brinca, a gente da risada...eu sempre digo assim: o indígena ele tá na praga..., mas ele tá rindo da desgraça. Então muitas vezes chegaram cartas, e-mails, dizendo que eu não podia ficar ali por ser mãe, coisas do tipo. Então eu decidi vir embora. Pensei “...Eu nunca passei fome no meu território. Eu vou embora, não quero mais saber da universidade, não quero mais saber dessa Psicologia.”

No caso de Rejane, como visto acima, a impossibilidade de conviver com seu filho na moradia estudantil fornecida pela UFRGS a levou a evadir do seu curso. A convivência com os filhos e com os familiares em geral é de grande importância, segundo as estudantes com as quais dialogamos, para a permanência no curso.

Foram muitas as violências que as mães experienciaram na Casa do Estudante Universitário da UFRGS em decorrência de não poderem morar junto de seus filhos, violências estas que culminaram, eventualmente, em uma articulação dentre as estudantes para demandar a CEI. Rejane narra um dos períodos mais difíceis na sua trajetória como mãe e estudante, após retornar para a graduação

“Então, aí quando eu voltei para casa do estudante eu fui com meu filho né...eu não queria deixar ele. Voltei com meu filho...meu filho ficou por quatro anos escondido na casa do estudante...eu fiquei quatro anos com ele lá. Então tipo...eu roubava comida no RU pra ele comer...tem uma passagem no livro, e trouxe na dissertação também, que algo que me dói muito, que acho que nunca vou esquecer, era a questão do banheiro né, para ele tomar banho, para ele fazer xixi...essas coisas...eu tinha que abrir a porta, ver se não tinha ninguém no corredor, ver se enfim não tinha ninguém no banheiro, para que ele pudesse ir no banheiro...e aí, muitas vezes tinha gente no banheiro, e ele era muito pequeninho assim, mal ele falava...e ele dizia assim “Mãe, eu aguento mais um pouquinho...”. Então imagine, a violência, que é ser mãe dentro desse espaço...eu agora eu consigo falar sem chorar, mas dependendo do lugar eu não consigo falar sem chorar...eu penso assim: “Foi doído, foi doloroso, foi, mas eu consegui atravessar esse espaço, consegui hoje estar formada, sou psicóloga, a primeira psicóloga indígena formada na UFRGS, a primeira mestra dentro da universidade...então assim, a violência foi grande? Foi, mas o que que os povos indígenas conseguem de boa? Nunca a gente conseguiu nada (de boa)”

Episódios de violência como o narrado acima foram um dos fatores que levaram à um movimento de ocupação e eventual retomada por parte dessas estudantes, dada a impossibilidade de se manter na universidade sob tais condições

“...a CEI a casa do estudante indígena, ela foi reivindicada desde o primeiro edital. Desde 2008 a gente vem reivindicando a casa do estudante indígena, porque a gente sabia que esse quadradinho da selva de pedras, o individual, onde a gente não ia conseguir fazer os nossos ritos, os nossos cantos, as nossas comidas típicas, a gente sabia que ia incomodar o outro. Então desde o primeiro edital a gente lutava pela casa do estudante indígena, e quando a gente começou a chegar cada vez mais nesse território universidade com os nossos filhos, com os nossos parentes, nossas kofás, nossos kujàs, que são nossos médicos espirituais, ela foi ficando mais sólida. A gente viu que nossos filhos estavam sofrendo, o quanto nós estávamos sofrendo. Então desde 2008 a gente trilhava esse caminho.”

A demanda pela CEI, portanto, como demonstra Rejane, é tão antiga quanto a presença das estudantes indígenas na UFRGS. Mesmo tendo sido reivindicada em múltiplos momentos e espaços, e oficializada em carta dirigida à CAF em 2017, o atendimento à demanda foi sendo adiado até culminar na articulação das estudantes para realização de uma ocupação que pressionasse os/as gestores da universidade a escutarem-nas.

A importância de construção da CEI para gerações posteriores de estudantes indígenas que vão ingressar na UFRGS foi também um eixo de relevância no momento de se decidir por iniciar o movimento de reivindicação pela casa. Como Woie aponta, a existência na casa qualifica as ações afirmativas voltadas para indígenas na universidade

“Então eu falei para a Angélica, a gente tem uma demanda da casa, e a gente precisa levar isso (...) para deixar um legado, nós que passamos, usufruímos dessas ações afirmativas, no mestrado, na pós também, e a gente vai sair e vai ficar sem... a gente vai embora de novo... tá bem então, ela concordou, chamamos alguns estudantes que estavam aqui ainda na CEU e conversamos com eles... umas cinco pessoas, depois da terceira chamada, já tinham 10 pessoas, e aí com essas pessoas, disse para Angélica “vambora”, vamos fazer a retomada da casa, é uma demanda, a gente não tem o que perder. Parado a gente já tá perdendo.”

Figura 2: Coletivo dos Estudantes Indígenas da UFRGS e apoiadores.



Fonte: Alass Derivas, 2022.

Qualifica as ações afirmativas inclusive no que diz respeito às condições para aprendizagem, como Woie destaca

“A importância da casa é que você vai para a sala de aula, você tem um projeto, você tem um trabalho para entregar... você volta pra casa mas descansa e vai tirar informações com os próprios colegas né... mesmo que seja de outro curso... nessas rodas de conversa a gente faz fogo e a gente conversa...” Ah, minha disciplina foi isso..”, “Ah, minha prova foi isso”, “Ah eu queria falar sobre isso... mas será que cabe dentro do meu projeto...”. Tudo encaixa dentro da nossa ideia de que cultura indígena cabe em todo lugar (...) então são trocas de saberes que a gente faz nessas rodas de conversa dentro da casa. A gente tem mais a vontade de compartilhar com o colega... hoje nós temos Guarani, nós temos Kaingang, nós temos Xokleng, nós temos Baré, nós temos Potiguara, nós temos Tukano. Então são 6 povos dentro da mesma casa. É uma troca de experiências, de cultura riquíssima. Então é riquíssima essa Casa do Estudante Indígena. Você tem seus filhos, pô quando tá saindo ó, você diz pro seu colega que vai ficar “ó eu tô saindo, vou para a aula, mas pode dar uma olhada nas minhas crianças?”. Daí dá uma água, um cafezinho... né entoa tem essa segurança de você ir para a aula, você sabe que alguém vai cuidar das suas crianças. Então essa troca de... esse acolhimento dos parentes, isso é importante sobre a casa. Você estar dentro da sua casa mesmo, que você se sinte à vontade em casa, aí faz seus trabalhos, faz suas aulas. Diferente de que você vai em uma casa... a experiência de outros né, que moravam na CEU. Voltava para a CEU com já uma ideia de “O que que me aguarda dentro daquela casa... preconceito, racismo... “. Morar com não indígena era muito diferente. Você não podia dar uma risada, você não podia fazer uma coisa diferente mesmo sendo seu próprio quarto, então... aqui não, a gente dá risada, a gente brinca, a gente faz fogo...mesmo que não seja da área que você está cursando, mas você faz essa troca de conhecimento com outros estudantes ali. Eles trazem para você e você pode contribuir.”

Por sua parte, Angélica destaca o protagonismo das mães na demanda e conquista da casa, além de pontuar a necessidade de um espaço que possibilitasse o compartilhamento dos cuidados dos/as filhos/as

“Particpei da luta pela casa do estudante indígena, a qual era uma demanda bem antiga né, desde o início das cotas, e é uma pauta que vai se acirrando mais fortemente com a presença das mulheres né, mães indígenas. Tendo essa urgência assim de uma moradia. (...) Para nós era nesse sentido e o que a gente busca é isso né... nas nossas comunidades as crianças são cuidadas por todo mundo... e é assim que a gente almeja nos espaços em que a gente está...que este cuidado não seja só carregado pela mãe, mas de todos né, da comunidade e como um todo, da sua parentela. E acho que o que é mais fácil é você vir para a cidade e você não ter essa rede...e daí sobrecarrega né. E daí foram muitos desafios né, por que a gente escutava muito da UFRGS assim... a gente tem o relato de várias mães que escutaram “Não, tu não pode mais ter filho... tem que parar de ter filho...””

O regimento da Casa do Estudante Universitário (CEU) não somente não permite a presença de crianças nos apartamentos, como as condições do espaço não eram apropriadas para assegurar a devida segurança às crianças que lá habitaram, por muito tempo, escondidas. Angélica relata a estrutura do local e a impossibilidade de receber a visita de parentes

“Daí tem toda essa preocupação...Não sei se você conhece a CEU, mas não é nem metade disso aqui, é um quarto bem pequeno, só tem espaço para geladeira e cama, janelas enormes, todas sem proteção, escadas todas sem proteção. Tem muito essa questão, a gente vai visitar e fica uns dias e isso os outros moradores não aceitavam. E aí eles não aceitaram. Tinha muita reclamação quando os parentes iam lá nos visitar. Dos brancos, faziam reclamação, os estudantes que moravam na CEU. E tinha muito isso, muita complicação, porque a gente é muito acostumado a receber parentes, toda essa questão, é outra forma de vida. As vezes os parentes vêm e ficam quinze dias, vem no período da Páscoa, no período de venda de artesanatos, e ficam aqui. Hoje tem essa possibilidade, antes na CEU era uma briga sabe, as pessoas reclamavam, e não podia. As crianças riam, e as pessoas reclamavam. A gente achava o cúmulo assim... a gente pensava, essas pessoas não têm família, não tem irmãos, por que eles se incomodavam com o riso das crianças.”

Além de um preconceito “velado”, segundo Angélica havia episódios de racismo explícito por parte de outros estudantes, não indígenas, que moravam na CEU

“E acho que tudo isso impulsionou nossa luta pela moradia, tudo isso e um pouco mais né, porque tinha muito essa questão de racismo explícito. A Alice por exemplo, as vezes acordava de manhã e abria a porta e tinha vários sacos de lixo rasgados na porta dela. Bem na época que a gente tava fazendo a luta pela moradia, porque ainda tinham estudantes na CEU, isso até foi denunciado, na porta do quarto dela tinha um cacho de banana, pendurado. Para mim tudo isso era racismo, de não querer nossa presença nesse lugar. E eu percebi que muitas mães, que sofriam com a distância dos filhos, elas começaram a trazer os filhos, começaram a perceber que é uma coisa nossa e que é possível, e que as pessoas têm que

respeitar isso. Na universidade não pode ter filho... era o que a gente ouvia falar.”

A demanda pela CEI, portanto, é pautada desde o momento em que se iniciaram as discussões acerca da implementação de ações afirmativas voltadas para o ingresso de estudantes indígenas. Como pode-se observar junto das entrevistadas, a relevância da Casa do Estudante Indígena se dá pela promoção de condições materiais e simbólicas adequadas para a permanência dessas estudantes na universidade, para que possam trilhar seus caminhos no Ensino Superior sem precisar lidar constantemente com as violências impostas por uma instituição muitas vezes despreparada para lidar com uma diversidade de modos de vida em seus espaços.

Como já foi comentado, a demanda da casa foi oficializada em carta redigida pelo Coletivo de Estudantes Indígenas da UFRGS e endereçada à CAF, em 2017. Desde pelo menos 2017, portanto, há um diálogo entre os órgãos de gestão da universidade e as estudantes indígenas acerca da possibilidade da criação de uma moradia estudantil específica. Pretende-se, na próxima seção, visualizar, por meio dos relatos das entrevistadas, o processo de retomada da CEI e o campo de disputa no qual tal processo se deu.

3.4. A conquista da casa: Processo de reivindicação e retomada

As estratégias políticas articuladas pelas estudantes a fim de pressionar a gestão da universidade a voltar sua atenção para a demanda da CEI e que, eventualmente, culminaram na retomada do prédio onde ficava a antiga creche da universidade, se deram em um contexto em que a pandemia da Covid-19 ainda se fazia presente nos cotidianos da comunidade da UFRGS.

A universidade terminava o último dos semestres letivos à distância da graduação, e a comunidade universitária se preparava para voltar presencialmente às atividades após praticamente dois anos de atividades remotas. Nesse contexto, muitas estudantes indígenas estavam se deslocando de seus territórios de origem para Porto Alegre, a fim de retomarem a rotina de aulas presenciais.

Em março de 2022, portanto, o Coletivo de Estudantes Indígenas ocupou o antigo prédio da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), de posse da prefeitura de Porto Alegre, localizado em frente à Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS. A ocupação foi efetuada pelo coletivo e por lideranças da região, e, em poucos

dias, apoiadores partidários e apartidários compuseram o grupo que acampou, em condições precárias, durante um mês, em frente ao prédio da SMIC.

Como Woie coloca, foi em um momento crítico e em um local estrategicamente mapeado pelas estudantes que a decisão de ocupar o espaço foi efetivada

“...a ocupação foi em frente a FACED (Faculdade de Educação), tinha um prédio abandonado. Ocupamos aquele prédio para chamar a atenção, e deu certo: a prefeitura veio, uma reintegração de posse, mas nesse meio tempo a UFRGS já foi intimidada porque que estávamos ali, e antes disso a gente já tinha recolhido todos os papéis, todas as demandas que tinham sido enviadas, que tinham sido protocoladas na PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) sobre a casa do estudante indígena (...) então pegamos esses documentos e começamos a encaminhar. E deu certo, conseguimos a casa, e foi em pouco tempo, foi bem rápido, e dia 30 de março a gente ocupou a casa do estudante indígena.”

Ao longo do quase um mês de ocupação do prédio em frente à FACED, a mídia local publicou um número de reportagens que acabaram chamando cada vez mais a atenção da comunidade universitária para a demanda da casa.

Nesse período, reuniões foram convocadas pelas estudantes junto da Administração Central da instituição. Em 07 de março de 2022, foi entregue à vice-reitora, Patrícia Pranke, que no período em questão exercia o cargo de reitora, uma Carta de Reivindicação da Retomada dos Estudantes Indígenas, endereçada aos gestores da UFRGS.

Na carta, as estudantes reiteravam a urgência da demanda, dada as condições de vida em que as estudantes se encontravam tanto na ocupação quanto na CEU, já que muitas ainda lá permaneciam.

Nessa reunião, segundo a servidora Bárbara, houve um esforço, por parte da gestão da universidade, em escutar as demandas das estudantes

“Aquela foi uma reunião ampliada. O que a gente entende: todos os setores das UFRGS que tinham que pensar caso houvesse a possibilidade de ceder a creche. A gente chamou aquela reunião. Tinha a professora Pranke, órgãos de gestão, lideranças. A ideia era escutar, a ideia não era decidir. Porque a professora estava substituindo o reitor (...) O que eles queriam era ter voz, ter vez de dizer. Porque a gente precisa de um espaço, deu, chega. E acho que nisso eles foram muito felizes. Achei um momento muito bonito. De lideranças que a gente nunca tinha visto, que puderam falar. Me lembro bem...de uma liderança, que disse assim para a professora Patrícia: “Deixa a casa nascer, deixa a casa do estudante nascer.” Eu achei um momento muito lindo, onde as lideranças puderam dizer da batalha de anos. Das dificuldades que passavam, o quanto tinha sido um processo dolorido. Só não tinha o fogo. Mas foi esse momento (...) adorei estar ali. O importante é que houve diálogo.”

O processo de interlocução entre as estudantes, lideranças e gestores ocorreu durante todo o mês de março, por meio de diversas reuniões. Houve momentos de tensão, como no dia em que as estudantes e apoiadores decidiram por ocupar o salão nobre da reitoria, a fim de pressionar os gestores a apontarem um local da universidade para a criação da casa, dado o fato de que diversas reuniões já haviam sido feitas e que as condições de permanência na ocupação no prédio da SMIC pioravam cada vez mais.

Figura 3: Reunião no Salão Nobre da UFRGS.



Fonte: Alass Derivas, 2022.

Apesar de tais momentos de tensão, Bárbara entende que o processo aproximou as estudantes da CAF e demais órgãos, além de potencializar um diálogo mais qualificado sobre as necessidades das estudantes e como a CAF poderia atender tais necessidades

“Aproximou muito os estudantes da UFRGS, da CAF, porque a gente é órgão de gestão, e isso fez com que os estudantes pudessem entender um pouquinho com os limites com os quais a gestão trabalha, e a gente também, de rever nossas regras.”

Além das condições de vida precárias na ocupação, atos de racismo explícito ocorrem na CEU, onde algumas estudantes ainda residiam. Tal episódio foi também decisivo no acirramento do diálogo das estudantes junto da reitoria, além de ter redirecionado as estratégias políticas mobilizadas pelo coletivo. Como Woie coloca, o ato racista em questão foi “a gota d’água”

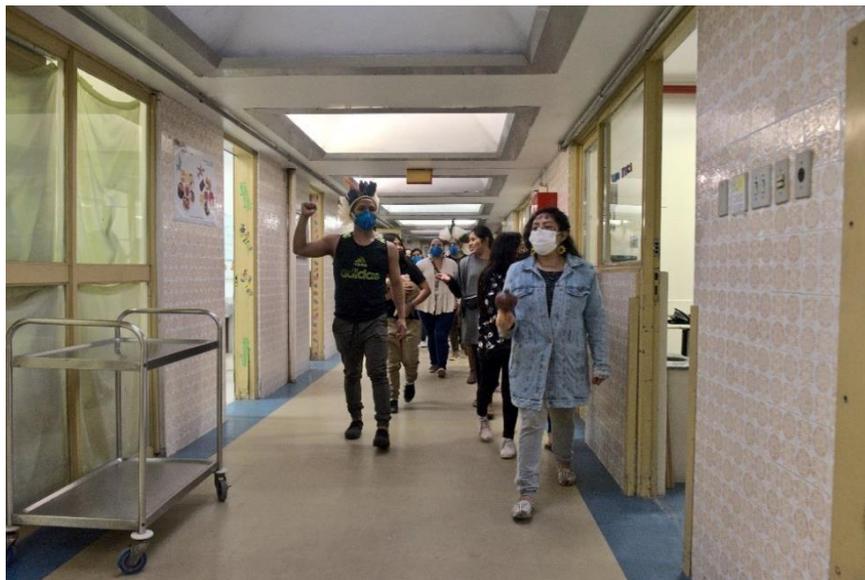
“E já teria que ter aulas presenciais nessa época, e a gente não tinha como voltar, a gente não queria voltar para a CEU de novo, porque durante a nossa ocupação, atos racistas na CEU aconteceram, uns brancos que são contrários a causa indígena, que são racistas mesmo, preconceituosos, colocaram cachos de banana na porta dos estudantes indígenas. E com isso a gente ficou revoltado e a gente

não queria voltar. Porque todo esse tempo de luta, a gente tá, não era só aquele dia, era sempre, sempre, que vinha acontecendo essas coisas.”

Nesse contexto, ao serem convidadas para visitarem a antiga creche da UFRGS, um dos possíveis locais destinados para realização de uma reforma para, então, ser implementada a Casa do Estudante Indígena, as estudantes decidiram por retomar o local. Como conta Woie, a decisão foi uma estratégia encontrada pelas estudantes e lideranças para, finalmente, obter um local definitivo para implementação da CEI

“E dia 30 foi marcado para a gente fazer uma visita nesse local que foi indicado para nós...e na quarta já tinha dado chuva, e nós combinamos, “nós não vamos voltar, nós não vamos voltar para a CEU, arruma um lugar aí pra gente se ajeitar”... e o lugar certo seria esse local que tava sendo indicado para nós...e só depois que a gente foi entender que era só para burlar a justiça, dizer que já tinha uma casa destinada, que vocês tinham eu voltar pra CEU...que depois eles falaram assim: “Depois vocês conhecem a casa e depois nós vamos reformar a casa e depois nós vamos entregar para vocês... e nós sabemos que já fomos enganados várias vezes, então nesse meio tempo...acho que eram duas horas da tarde, três horas, não lembro muito bem, que era pra ver a casa, fazer a visita...então de manhã a gente já levantou, arrumou nossas coisas tudo, e conseguiu caminhão de um apoio, e colocamos tudo e combinamos né (...) veio uma pessoa da FUNAI, uma procuradora da FUNAI, ela tentou falar em Kaingang, dizendo que não era para gente fazer isso. Mas sem a gente ter feito nada ainda (...) só que a gente veio com nossos advogados, Dra. Luciana, que era do COMIN (Conselho de Missão Entre Povos Indígenas), que tava fazendo nossa defesa, então nós tentamos, eles começaram a falar, nós já falamos para eles: “Nós não queremos voltar para a CEU de novo por causa disso disso e disso”, e eles falaram: “Ah não a gente vai reformar e depois vocês vêm para aí”. Tá a gente está aqui a gente não vai sair mais, nisso o caminhão encostou e já tava descarregando as coisas. E eles falaram: “Não, não pode fazer isso”, e o procurador da FUNAI falou “Esse local não é adequado para vocês, vocês tem que achar outro local pra vocês ir”, foi tudo contrário do nosso interesse né, porque a FUNAI defende o interesse dos povos indígenas né, então no caso eles não tavam lá atendendo a nossa demanda, né. Nem sabiam, nunca foram, nunca tiveram junto na nossa demanda, então agora chegou para atrapalhar. Então nesse caso, nós ocupamos e ficamos ali.”

Figura 4: Momento de retomada.



Fonte: Alass Derivas, 2022.

A partir desse dia, até a atualidade, a casa é pautada enquanto uma retomada de território indígena. A estratégia foi de retomar o espaço da creche no momento de visita ao local foi posta em prática pelo coletivo por conta do cansaço pela espera do atendimento de uma demanda pautada há mais de 10 anos. Como coloca Woie

“E a gente ficou até hoje. O que eu digo assim é que se a gente não ocupasse, seria uma marmelada de mais uma vez só promete e nunca passa para nós. Hoje é dia 20/06, e ainda não foi feita a reforma da casa. Não foi feita nada dentro dessa casa do estudante indígena, nós inauguramos para nós, quando deu um ano, dia 30 de março. E essa promessa nunca passou de uma promessa. Nós ocupamos hoje a casa e estamos morando nela. Nós estamos fazendo tudo...hoje por exemplo, nós estamos há cinco dias sem água na casa, por causa da chuva, por desinteresse da UFRGS né...trouxe quatro galões de água para nós, o que nós vamos fazer com quatro galões de água...tem banheiros, tem chuveiros, tem alimentação...Então todas essas coisas vêm ainda daquele tempo de só promessa. Então se a gente não tivesse ocupado essa casa, nós nunca teríamos uma casa.”

Figura 5: Memorial de luta pela Casa do Estudante Indígena.



Fonte: Acervo próprio, 2023.

O fato de a demanda ser tão antiga quanto a presença das estudantes indígenas na instituição levou à um ponto onde a retomada se tornou a mobilização política mais interessante para as estudantes. Como Rejane descreve, a retomada era inclusive para acontecer dois anos antes, em 2020

“Então, é, 2020...na verdade a retomada CEI era para ser em 2020..., mas daí começou a pandemia e todo mundo foi para os seus territórios, mas o que a gente fez: A gente começou a conversar entre parentes e a com aqueles que moravam na CEU, as lideranças, e a gente disse: “Olha a gente precisa retomar o espaço, porque tá muito difícil. E aí a gente tramou durante um ano tudo isso (...) foi muito imprevisto também na hora, então o pessoal retomou também ali o prédio da prefeitura, junto das lideranças, junto com a tia Iracema, que é kujã e parteira, o pessoal se juntou. E aí naquela semana deu muita chuva. (...) E daí a chuva arrancou os barraco, molhou tudo, os alimentos, as crianças... enfim molhou tudo. E aí o que que aconteceu: o pessoal entrou em contato dizendo que iria nos dar um prédio, aquela coisa. Aí tinham duas possibilidades, né. Um prédio da UFRGS que a gente nem chegou a conhecer e esse espaço que seria a creche (...) E aí foi um pessoal da SUINFRA (Superintendência de Infraestrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) que levou a gente lá e tal, olhou a creche, só que a gente já sabia que a gente ia ficar na creche. Então a gente juntou o que podia para ficar na creche, porque a gente sabia que se a gente saísse de lá isso ia se estender mais 14, 15 anos, né. Então a gente foi para retomar a creche mesmo.”

A retomada se deu em um contexto em que toda a comunidade universitária retornava às atividades presenciais, trazendo a demanda pela moradia estudantil específica novamente ao centro dos diálogos estabelecidos dentre o Coletivo de Estudantes Indígenas.

Ao contrário do sentido tradicionalmente atribuído às retomadas, em que uma parcela de território, onde há um reconhecimento de que gerações pretéritas de parentes habitaram o local, é reivindicado, na retomada da Casa do Estudante Indígena o território retomado se trata de um espaço institucional.

Nesse sentido, pode-se observar uma ampliação do sentido atribuído à categoria de retomada enquanto ação política. Ação política esta que é efetivada por coletividades indígenas por todo o Brasil desde, pelo menos, os anos 80 (Alarcon, 2014).

Pode-se relacionar o advento de tal ampliação do sentido da categoria retomada com o ingresso cada vez maior, a partir dos anos 2000, de estudantes indígenas no Ensino Superior, onde trajetórias como as das estudantes entrevistadas, marcadas por violências, preconceitos e dificuldades de permanência acabaram por culminar em um movimento político de reivindicação da legitimidade de ocuparem espaços que lhes foram, por muito tempo, negados.

A etnicidade, mobiliza pelas estudantes no processo de retomada da casa, pode aqui ser entendida enquanto uma maneira de se organizar estrategicamente em determinado contexto social a fim de intervir politicamente em uma interação – ou interações, nesse caso – específica (Barth, 2011). Assim, é importante pensarmos em como tais identidades são articuladas para que estas estudantes possam acessar direitos sociais básicos que muitos outros estudantes, não racializados, já acessam assim que ingressam na universidade.

As diferentes operacionalizações do par etnia/raça por diferentes agentes sociais, a depender do contexto do campo de disputa em que estão inseridos, podem ser visualizadas nas falas das entrevistadas e nas narrativas acerca da recepção da comunidade universitária às estudantes indígenas.

A retomada da CEI faz parte de um movimento maior de reafirmação da presença destas estudantes na UFRGS e das estudantes indígenas no Ensino Superior como um todo. A conquista da casa se relaciona, também, com a expansão do sentido atribuído a

categoria retomada como ação política, que pode se dar, cada vez mais, também em contextos institucionais.

Tal movimento de reafirmação da presença dessas estudantes na UFRGS, representada pela CEI, envolve justamente a ampliação das condições para permanência dessas estudantes na instituição, tanto em seus aspectos simbólicos quanto materiais.

Na seção seguinte do trabalho, tem-se como objetivo discutir as contribuições da conquista da Casa do Estudante Indígena para a permanência destas estudantes na UFRGS.

3.5. “A Casa do Estudante Indígena e a permanência andam juntas”: Permanência e a consolidação da casa

Para as estudantes entrevistadas, a CEI é vista como central para permanecerem na universidade. A construção de um espaço onde possam conviver com seus familiares em condições dignas e onde não tenham que lidar diariamente com situações de preconceito altera completamente suas experiências na instituição.

Como Woie coloca, a construção da CEI possibilitou a perpetuação de dinâmicas de suma relevância para a permanência destas estudantes em um ambiente em que seus modos de ser e conviver eram desrespeitados cotidianamente

“Eu fiz minha defesa do meu projeto com meu bebê e aí quando eu estava defendendo a dissertação eu estava com meu bebê no colo também. Então é dessa forma, eles tão andando caminhando aprendendo se formando junto com nós. Então isso é uma educação própria: Nós ensinamos eles, é dessa forma que a gente não só se forma a gente tem um laço familiar com outros parentes aqui, com as lideranças aqui também. É dessa forma que é nossa educação própria. É a educação diferente, uma educação que você aprende junto, a luta continua, é constante, todo dia a gente ta lutando. É nessas formas de luta que nossas crianças estão junto com nós, estão aprendendo junto com nós, aprendendo nossas línguas, nossos costumes. Nós estamos fazendo todos a mesma coisa que era lá no mato, tudo que nós fazemos na aldeia. Não é porque a gente ta na cidade que a gente deixa de ser índio e deixa de fazer o que a gente faz. E onde nós estivermos nós vamos ser. E essa permanência que a universidade não aceita. não aceita nossa crianças junto das nossas salas de aula, não aceita quando a gente fala: “Ah, nós temos uma educação e demanda diferente que precisa ser respeitada”.

A convivência, junto dos parentes e demais estudantes, que é possibilitada pela casa, permite que as estudantes deem continuidade às suas trajetórias sem deixar de lado suas especificidades culturais, como explicita o relato de Rejane

“Sem dúvida a gente tá com a nossa família, os nossos filhos, né, que são as nossas sementes. Eu sempre digo assim: “Eu fui semente daquelas mulheres, e eu carrego as minhas sementes”. Então a gente

vem semeando aí cada vez mais nessas retomadas por território, universidade, território, corpo, nosso corpo é um território né, a gente vai descolonizando esses espaços que a gente passa, e a permanência, ou melhor, a casa do estudante indígena e a permanência, elas andam juntas. Porque a gente precisa dos nossos espaços para fazer nosso fogo de chão, a gente precisa colocar nossos pés na terra, a gente precisa tá nesses espaços redigindo a nossa história. E deixando, mostrando...acho que é mostrando a palavra, não é nem deixando, mas mostrando que os trabalhos acadêmicos que são feitos dentro dos territórios e que nunca voltam no retorno para as nossas aldeias...hoje em dia a gente vem fazendo ao contrário, a gente vem dizendo: olha a gente cansou de ser objeto de trabalho e a gente precisa ecoar essas vozes. Então a CEI hoje ela é um movimento de permanência, de direito e respeito com a vivência dos povos indígenas né, respeitar as especificidades culturais.”

Figura 6: Retomada da antiga creche da UFRGS.



Fonte: Alass Derivas, 2022.

Para Bárbara, que trabalha há tantos anos acompanhando a trajetória das estudantes, a casa é fruto de um longo e intenso processo de luta das estudantes, que possibilita que as estudantes que possuem filhas/os, por exemplo, possam ser estudantes sem deixar de ser mães, e vice-versa. A casa, nesse sentido, reforça as condições de existência simbólicas, mas também materiais para a permanências dessas estudantes

“Tudo isso não é dado, isso tu vai criando a partir da demanda, que se apresenta. Daí como pensar, a gente foi criando estratégias, criando parceiros. Por que tu pensa: Elas são mães, elas não podem estar full time. Então tem que pensar no espaço também, em ter esse momento de monitoria, convivência. Ela (a CEI) é um espaço institucional, que tá sendo ocupado por estudantes, que parte da gestão é deles, eles estão se organizando, e a gente, a partir daquilo que eles veem como necessário, a gente vai construindo. Onde muita gente ocupa, e necessário se organizar. Eles também estão fazendo/refazendo suas relações, estão reorganizando suas relações.”

Como pontuado acima por Bárbara, outro ponto de grande relevância no atual estágio de consolidação da casa é a gestão interna que vem sendo construída pelas estudantes, que estão também em um processo de reelaboração de suas dinâmicas internas no contexto de uma experiência inédita como é o caso da CEI.

O regimento interno da casa, ainda em processo de construção, está sendo elaborado pensando nos múltiplos novos desafios que vem se mostrando na convivência dentre estudantes que, ao mesmo tempo que compartilham da identidade indígena, são provenientes de contextos socioeconômicos e culturais drasticamente diferentes entre si.

O regimento, como aponta Angélica, está tratando principalmente de pontos de convergência entre os viveres de todas as estudantes da casa, como, por exemplo, a relevância da convivência com os parentes

“É difícil assim, porque a universidade não aceita a presença dos parentes. Mas entre nós a gente se organizou, isso a gente tem se atentado para colocar no regimento sabe, vai vir os parentes e daí se a pessoa for sozinha no quarto, a gente vai colocar tantos dias, mas fica a critério da pessoa, do período que vai ficar. E a gente vai construindo nesse sentido, para que a gente possa também não ter minimamente essa condição de se fortalecer junto com os parentes, porque a gente se fortalece muito com a presença dos nossos parentes. Porque por exemplo quando nossos parentes vêm, eles não têm acesso a UBS (Unidade Básica de Saúde), isso já é uma questão que a gente tem com a questão da saúde, por que eles têm que respeitar essa questão das mobilidades. Mesmo que nosso parente é cadastrado lá no seu território, que ela possa ser atendida aqui também eventualmente... a gente tem que explicar isso também... então são várias coisas que a gente tem que tá mobilizando e construindo, isso não tá dado.”

Na fala de Angélica, é importante destacar a problemática, por ela apontada, da rede de instituições que são acionadas a partir do momento que estudantes com seus filhos e parentela extensa começam a residir em um espaço institucional. Daí se desdobram múltiplas outras dinâmicas entre redes de assistência e políticas públicas que vão para além do escopo do presente trabalho, mas que parecem apontar para a imensa complexidade de relações sociais e instituições implicadas na existência da CEI.

Ao questionar as entrevistadas sobre qual é, atualmente, a principal demanda das estudantes acerca da casa, todas responderam que se trata da readequação da infraestrutura do local. Como Rejane coloca, são muitos os problemas na estrutura da casa

“Eu tô sempre indo para lá né, hoje eu estou na aldeia, mas no dia que você tava fazendo entrevista eu tava lá no quarto da Jaque, que é o quarto que eu fico lá. E o quarto dele fica todo molhado pela infiltração, o quarto tava enfim pingando porque tinha chovido, os

banheiros eles entopem...os banheiros ainda a maioria são infantis, são abertos, né. E aí a gente tava conversando eu e a Jaque, sobre isso, eles querem fazer banheiros por exemplo, fora dos quartos, daí eu falei “Tá, mas porque vocês aceitaram isso?” aí ela falou “Não, é porque eles ficam dizendo que não pode, que não pode, né, as pias não vão ficar no quarto”. Daí eu falei “Tá, mas porque que o filho de quem tá fazendo isso pode tomar um banho quentinho e continuar no seu quarto? Por que que as nossas crianças têm que sempre tá passando por violência? Não deixa de ser uma violência, uma criança sair do banheiro e passar frio até chegar ao quarto, né. Por que que a gente não pode ter um banheiro em cada quarto?”. (...) Por que a creche não pode ser ampliada? Porque assim, hoje são 41 pessoas naquele espaço, 11 famílias, né, a maioria são crianças, e aí, tipo vai continuar assim? Será que ela não deveria ser ampliada, melhorada, nos moldes do que a gente precisa? Não nos moldes que ela quer...enfim.”

Tanto no processo de construção do regimento interno quanto nas reuniões com a SUINFRA, reitoria e CAF acerca da readequação do local, instauram-se novos campos de disputa, ainda em andamento.

A casa, portanto, está atualmente em uma nova etapa do processo de consolidação do espaço, tanto materialmente quanto simbolicamente. Como pode-se apreender a partir dos relatos das entrevistadas, a existência da CEI possibilita a permanência das estudantes na universidade justamente porque permite que as condições apropriadas para a reprodução da vida (Santos, 2021) sejam construídas a partir de dinâmicas que façam sentido para elas.

A casa e a permanência parecem andar juntas, como colocado por Rejane, e, ao que tudo indica, as novas disputas acerca da readequação do local e da organização interna da casa são, também, movimentos em direção à consolidação do local enquanto espaço aberto para que cada vez mais estudantes indígenas possam adentrar, ocupar e retomar a UFRGS e o Ensino Superior como um todo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, procuramos relatar e analisar o processo de conquista da Casa do Estudante Indígena da UFRGS, a partir de entrevistas semiestruturadas e consultas à dados secundários, tendo em vista a relação deste processo com as ações afirmativas voltadas ao ingresso de estudantes indígenas na universidade, que, por sua vez, se relacionam a um quadro mais amplo de ampliação das políticas voltadas ao ingresso de indígenas no Ensino Superior.

A reivindicação por um espaço que vise a permanência das estudantes indígenas na universidade, como é o caso da CEI, se relaciona à uma discussão político-filosófica maior e mais profunda acerca da inclusão, de indivíduos que fazem parte de grupos sociais historicamente excluídos de instituições de Ensino Superior, nesses espaços

O debate envolvendo a adequação da instituição aos modos de ser e viver de tais grupos é amplo e pauta de diferentes setores da sociedade civil. Nesse sentido, nosso trabalho procurou compreender o processo de reivindicação da casa dentro deste campo.

Sendo a proposta de uma retomada de território indígena em um contexto institucional um tanto inédita, entendemos que é de grande importância a ampliação das discussões que tratam das diferentes ações políticas mobilizadas por coletividades indígenas contemporaneamente, já que se pode relacionar a ampliação semântica da categoria retomada a uma articulação política emergente dentre coletivos indígenas em nível nacional.

A mobilização da categoria retomada ao longo de um processo de disputa política, em um contexto institucional, proporciona uma problemática de extrema importância a ser desenvolvida em pesquisas futuras, já que na atribuição do termo retomada à ocupação de uma instituição notadamente de matriz colonial, mas ao mesmo tempo pública, opera uma torção no sentido tradicional atribuído ao termo.

Entendemos que a discussão proposta no nosso trabalho se situa na interface entre os campos da Antropologia Política e da Etnologia Indígena, no momento que explora a mobilização da etnicidade enquanto categoria política em um processo de diálogo intercultural e de negociações em âmbito institucional, ao mesmo tempo que se relaciona ao campo de pesquisas envolvendo Ações Afirmativas e inclusão no Ensino Superior, como previamente explanado.

A discussão que procuramos desenvolver no trabalho pode ser também relacionada ao campo da Educação, pois como observado na fala de algumas das interlocutoras, a retomada da CEI possibilitou uma retomada pedagógica, ou uma pedagogia da retomada, como coloca Lacerda (2021), já que nos parece que a casa proporciona um espaço frutífero para o advento do que a autora define como um “aprendizado emancipatório coletivo”. As experiências de ensino-aprendizagem possibilitadas a partir da retomada da casa podem, portanto, ser relacionadas à concepção mais ampla da Pedagogia ou prática pedagógica.

A conquista da CEI e o processo de adequação do local implicam em novos tipos de dinâmicas sociais não só entre as moradoras da casa, mas, também, entre as estudantes e demais grupos envolvidos na disputa pelo local.

O movimento de mães estudantes na UFRGS, por exemplo, é um dos grupos que esteve envolvido na disputa pelo local onde atualmente é a CEI. Desde a retomada da casa, o movimento de mães da universidade tem se feito cada vez mais presente na instituição, principalmente a partir da promoção de rodas de conversa sobre maternidade e da divulgação de suas demandas.

Pode-se observar, assim, um crescimento na articulação política entre as estudantes-mães presentes na universidade, que atualmente buscam dar visibilidade à sua presença na instituição e reivindicar uma série de políticas que procurem atender suas demandas. Tendo questões como essa em mente, tentamos analisar o processo de reivindicação, conquista e implementação da Casa do Estudante Indígena dentro de um contexto maior de dinâmicas – que são tanto de conflito quanto de aliança.

É necessário destacar também as redes de apoio que se constituíram ao redor da existência da CEI, principalmente no que tange às novas dinâmicas de convívio entre a parentela extensa de muitas das estudantes. A visita das/os parentes, por exemplo, proporciona a construção ou reconstrução de relações de parentesco que, talvez, sem a existência de uma moradia que possibilitasse tais encontros, não pudessem ser reafirmadas e experienciadas enquanto as estudantes percorrem suas trajetórias na universidade.

O papel das lideranças e das/os mais velhas/os na trajetória individual e na articulação política das estudantes no momento de reivindicação da casa é outro ponto a ser destacado. Como foi mencionado em algumas das falas das entrevistadas, as

lideranças indígenas mais velhas, a partir tanto de seus protagonismos políticos quanto espirituais, tomaram frente na demanda pela casa, como é o caso da liderança político-espiritual Kaingang, também já mencionada, Iracema Gãh Té Nascimento.

Outro âmbito decorrente da existência da CEI que merece uma reflexão mais pormenorizada trata da relação entre as crianças e a universidade, já que é a primeira vez que a instituição lida com a presença de crianças de maneira integral em seus espaços. Por se tratar de menores de idade, diversas são as especificidades legais que envolvem a lida com as crianças em um ambiente educacional de nível superior. Muitos são os atravessamentos que perpassam a presença das crianças na casa, já que muitas, inclusive, vieram de cidades do interior, estando pela primeira vez inseridas em uma metrópole.

É necessário reiterar, por fim, a relevância da casa. As falas das entrevistadas nos parecem reafirmar que a existência de uma moradia específica para as estudantes indígenas da universidade amplia as condições de permanência destas na instituição quando proporciona um ambiente apropriado para a reprodução da vida (Santos, 2021).

Como colocamos desde o início de nosso trabalho, a CEI é um espaço ainda em processo de consolidação e disputa. As adequações na infraestrutura e a construção do regimento interno são exemplos do atual estágio de desenvolvimento da casa.

Acreditamos, assim, que nosso trabalho pode trazer atenção ao processo corrente de consolidação da CEI, tanto por narrar a conquista da casa quanto por procurar trazer as demandas atuais das entrevistadas envolvendo a casa e as ações afirmativas voltadas à estudantes indígenas na UFRGS.

O espaço retomado pelas estudantes indígenas da UFRGS foi conquistado em um contexto de disputas acirradas e por meio de muita luta. É de suma importância a consolidação de espaços como a Casa do Estudante Indígena da UFRGS, onde são materializadas políticas de permanência para as estudantes que ingressam na universidade por meio de ações afirmativas e que representam um esforço institucionalizado em incluir tais estudantes no ambiente universitário.

A conquista do acesso ao ingresso ao Ensino Superior, portanto, deve ser o ponto de partida para se pensar a inclusão de grupos socialmente subalternizados na universidade, e não o objetivo último deste movimento.

Esperamos que com a ampliação de debates que envolvam ações afirmativas, etnicidade, direitos sociais e protagonismo indígena, como foram promovidos pelas entrevistadas, seja possível incentivar cada vez mais a criação de espaços como a CEI, onde pode-se ter acesso àquilo que é de todo ser humano por direito: Moradia digna, acesso à educação e o direito de ser quem se é.

5. REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela Fernandes. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, 2014. DOI: 10.53000/rr.v7i1.1648. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16877>. Acesso em: 15 jul. 2023.

AMES, Valesca Daiana Both.; ALMEIDA, Marilis Lemos de.. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. **Sociologias**, v. 23, n. 56, p. 244–275, jan. 2021.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; FENART-STREIFF, Jocelyne (orgs). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, 185-229.

BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. C.. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 99, n. 251, p. 37-53, jan./abr. 2018.

BRITO, Patrícia Oliveira.. **Indígena-Mulher-Mãe-Universitária o estar-sendo estudante na UFRGS**, 2016, 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARVALHO, Rejane Nunes de.. **Kanhang Êg My Há: para uma psicologia Kaingang**, 2020, 56 f. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

DERIVAS, Alass. Retomada indígena no centro de Porto Alegre (06 a 13-03-2022). **Deriva Jornalismo**, 2022. Disponível em: <https://derivajornalismo.com.br/post/retomada-indigena-no-centro-de-porto-alegre-06-a-13-03-2022/>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

DOEBBER, Michele Barcelos; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. JOVENS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: movimentos de apropriação e re-existência. **Movimento-revista de educação**, v. 7, n. 13, 7 ago. 2020.

DOMINGOS, Angélica. **O bem viver Kaingang: Perspectivas de um modo de vida para construção de políticas sociais com os coletivos indígenas**, 2016, 75 f. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, programa de apoio à retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul - RS- PROREDES BIRD. **Marco dos povos indígenas do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais dos indígenas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/47500?detalhes=true>. Acesso em: 28 de julho de 2023.

LACERDA, Rosane Freire. A “Pedagogia Retomada”: uma contribuição das lutas emancipatórias dos povos indígenas no Brasil. **Revista Interterritórios**, v. 7, . 13, p. 192-222, 2021.

PALADINO, Marina. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. **Práxis Educativa**, v. 7, Número Especial, p. 175-195, dez. 2012.

PATTÉ, Woie Kiri Sobrinho. POVO XOKLENG: TERRITORIALIDADE, EDUCAÇÃO E ESCOLA. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 183–194, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/125699>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SANTOS, Elis Alberta Ribeiro dos. **Reprodução da vida Warao: impactos e transformações a partir do contexto urbano de Manaus/AM**, 2021, 183 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

UFRGS, Conselho Universitário. **Decisão Nº 134/2007 do Conselho Universitário – CONSUN**, Porto Alegre, 2007.

UFRGS, Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas. **Análise qualitativa no acompanhamento do programa de Ações Afirmativas**, Porto Alegre, 2018.

UFRGS. Painel de dados: Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/paineldedados/graduacao/>>. Acesso em: 01 de julho de 2023.